

**IMPACTO DO RECONHECIMENTO DOS PASSIVOS CONTINGENTES NA
SITUAÇÃO ECONÔMICA DAS EMPRESAS BRASILEIRAS AUDITADAS PELAS *BIG
FOUR*.**

*IMPACT OF RECOGNITION OF CONTINGENT LIABILITIES ON ECONOMIC SITUATION
OF BRAZILIAN COMPANIES AUDITED BY BIG FOUR.*

¹Simone Silva de Jesus
simonesilvaj@hotmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina

Maíra Melo de Souza
mairameloufsc@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar os impactos do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica de empresas brasileiras auditadas pelas quatro maiores empresas de auditoria (*big four*). Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa através de investigação documental. Do universo de empresas listadas na Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), foi analisada uma amostra de 50 empresas brasileiras no ano de 2014, todas auditadas por *big four*. Os resultados demonstram que, caso as contingências passivas fossem reconhecidas, 60% das empresas diminuiriam seu lucro em mais de 100%, e 6% apresentariam a situação de passivo a descoberto. Constatou-se que as empresas auditadas pela PricewaterhouseCoopers e Deloitte Touche Tohmatsu foram as que melhor atenderam as exigências estabelecidas pelo CPC-25/2009 quanto a divulgação de passivos contingentes.

Palavras-chave: Passivos contingentes. *Big four*. Evidenciação.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the impact of the recognition of contingent liabilities in the economic situation of brazilian companies audited by the four largest audit firms (big four). For this, a descriptive research with a qualitative approach through desk research was conducted. The universe of companies listed on the Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros (BM & FBOVESPA), analyzed a sample of 50 brazilian companies in 2014, all audited by big four. The results show that if the contingent liabilities were recognized, 60% of companies would reduce its profit by more than 100%, and 6% would present the liability situation uncovered. It was found that the companies audited by PricewaterhouseCoopers and Deloitte Touche Tohmatsu were those that best met the requirements established by CPC-25/2009 as the disclosure of contingent liabilities.

Keywords: *Contingent liabilities, Big four, Disclosure.*

Artigo recebido em: 25/12/2015; Aceito em: 10/06/2016

¹Simone Silva de Jesus – UFSC
Servidão Luiza Neves de Oliveira S/N, Ponta das Canas
CEP 88056-719 – Florianópolis/Santa Catarina/Brasil

1. INTRODUÇÃO

A divulgação das informações contábeis é essencial para auxiliar seus usuários na tomada de decisão (MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006). Entretanto, a boa evidenciação não consiste apenas na divulgação, mas na capacidade de emitir informações com “qualidade, oportunidade e clareza” (DANTAS *et al.*, 2005).

Nesse sentido, destaca-se a importância da qualidade na divulgação dos passivos contingentes, que assim como as demais informações também publicadas, devem atender as necessidades de seus usuários. O CPC-25/2009, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, correlacionado ao IAS 37 (*International Accounting Standard n° 37*) do *International Accounting Standard Board* (IASB), e aprovado pela Deliberação CVM n.º 594/09, aponta a diferença existente entre provisões e passivos contingentes.

De acordo com o CPC-25/2009, as provisões devem ser reconhecidas como passivos por se referirem a obrigações presentes em que o valor possa ser obtido com razoável grau de confiabilidade. Já os passivos contingentes devem apenas ser divulgados em notas explicativas por não se tratarem de obrigações presentes, mas sim possíveis, ou por dizerem respeito a obrigações presentes em que não é possível mensurar seu valor com razoável grau de confiabilidade.

Uma contingência passiva pode vir a se tornar uma provisão e se isto ocorrer a empresa deverá reconhecer a despesa em contrapartida da respectiva obrigação no passivo (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010). A não divulgação de passivos contingentes ou mesmo a falta de clareza em sua divulgação pode influenciar nas decisões dos usuários da informação contábil (VIVIANI; FERNANDES, 2014). Portanto, pode-se entendê-la como uma informação relevante.

Uma provisão, como o próprio CPC-25/2009 define, é uma incerteza. Conforme Santos (2011), a não evidenciação de passivos contingentes implica em riscos, podendo afetar negativamente a situação financeira das entidades. Isso porque, essas possíveis obrigações podem se tornar prováveis e afetar o resultado da empresa.

Nesse ambiente, é papel da auditoria assegurar que as informações contábeis estejam sendo evidenciadas adequadamente de acordo com as exigências dos órgãos normatizadores, garantindo assim a veracidade e confiabilidade das informações (FRANCO; MARRA, 2009). Estudos anteriores indicam uma qualidade elevada das informações contábeis divulgadas em

empresas auditadas por *big four* (ALMEIDA; ALMEIDA, 2009; IATRIDS, 2011; MAIA; FORMIGONI, 2011; SOUZA, 2011).

Diante do exposto, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Qual o impacto do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica das empresas brasileiras auditadas pelas *big four*?

O objetivo desse estudo é apresentar o impacto do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica das empresas brasileiras auditadas pelas *big four*. A presente pesquisa possui os seguintes objetivos específicos: (a) identificar os passivos contingentes evidenciados pelas empresas brasileiras auditadas por *big four*; (b) comparar os reflexos econômicos, caso os passivos contingentes viessem a ser reconhecidos; e (c) analisar o cumprimento das exigências do CPC-25/2009 no que tange a evidenciação dos passivos contingentes.

Justifica-se o presente trabalho pela importância que a divulgação de passivos contingentes representa aos seus usuários externos (SUAVE *et al.*, 2013), pois permite a avaliação dos riscos que determinada entidade está exposta (VIVIANI; FERNANDES, 2014). Assim, a evidenciação de passivos contingentes fornecerá informações úteis e confiáveis aos seus usuários, exercendo influência na tomada de decisão (CAETANO *et al.*, 2010).

Esta pesquisa permite conhecer os impactos econômicos para as empresas caso as contingências passivas venham a se tornar uma provisão, além de demonstrar como os passivos contingentes estão sendo evidenciados pelas companhias brasileiras auditadas pelas maiores empresas do ramo de auditoria.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Passivos Contingentes

O Pronunciamento Técnico CPC-25/2009, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação nº593/09, tem como intuito assegurar ao usuário da informação contábil que estão sendo adotados corretamente os critérios na estimativa de uma provisão, e/ou na divulgação de um passivo ou ativo contingente.

Informações relevantes como natureza, montantes e prazos são alguns exemplos de exigências de divulgação definidos pelo CPC-25/2009. O enfoque desta pesquisa é identificar

quais seriam os impactos econômicos para uma empresa caso um passivo contingente se tornasse uma provisão.

O CPC-25/2009 (p. 3) conceitua provisão como “um passivo de prazo ou de valor incertos” cuja saída de recursos futuros é considerada provável. Um passivo contingente, por sua vez, seria uma “saída de recursos possível, mas não provável” (IUDÍCIBUS, 2010, p. 336), a este respeito, o CPC 25/2009 esclarece como característica de um passivo contingente: “ser resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade” (CPC-25/2009, item 10). Assim, o que basicamente distingue um passivo contingente de uma provisão é a probabilidade da saída de recursos.

Nessa concepção, o reconhecimento contábil é outro aspecto importante. Embora a entidade não possa reconhecer um passivo contingente (CPC-25/2009, item 27), é necessário que este seja divulgado em notas explicativas e monitorado pela empresa, pois ele pode vir a se tornar provável e ter de ser reconhecido como uma provisão.

Uma provisão deverá ser reconhecida como passivo desde que atenda a três condições: (a) seja uma obrigação presente, legal ou não formalizada, e resultante de evento passado; (b) seja provável a saída de recursos para a quitação da obrigação; e (c) e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação (CPC-25/2009, item 14).

Um passivo contingente por sua vez não deverá ser reconhecido como passivo por ser: (a) uma obrigação possível a ser confirmada em eventos futuros; ou (b) uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não seja provável uma saída de recursos para quitá-la ou que não seja possível mensurar uma estimativa confiável do seu valor (CPC 25/2009, item 13).

Para Suer (2014) o reconhecimento de provisões possui forte ligação com o princípio da prudência e é ferramenta utilizada nos casos de incerteza. Toda provisão reconhecida e todo passivo contingente divulgado, são apenas estimativas que levam em conta os riscos e incertezas. Por isso o CPC-25/2009 trata com cautela a questão da incerteza nas provisões.

De acordo com o CPC-25/2009, o reconhecimento de uma provisão exige, primeiramente, a existência de um evento passado que crie uma obrigação presente. Para tanto será necessário também estabelecer as probabilidades de saídas de recursos através de evidências disponíveis.

Embasado no Apêndice A do CPC-25/2009, Iudícibus *et al.* (2010), descreve que a probabilidade de saída de recursos deve ser avaliada e classificada como possível, provável ou

remota. Dependendo da probabilidade de ocorrência, existem tratamentos diferenciados a serem seguidos, os quais estão demonstrados no Quadro 1.

Quadro 1 – Classificação e tratamento contábil dos passivos contingentes

Probabilidade de Ocorrência	Tratamento
Provável	Se mensurável com suficiente segurança, a provisão é reconhecida e deve ser divulgada nas demonstrações contábeis.
Possível	Nenhuma provisão é reconhecida, porém o passivo contingente deve ser divulgado.
Remota	Nenhuma provisão é reconhecida e nada deverá ser divulgado.

Fonte: Adaptado de Iudícibus *et al.* (2010)

No que tange a probabilidade de ocorrência, o CPC-25/2009 define que uma contingência será considerada provável quando a probabilidade de saída de recursos “for mais provável que sim do que não de ocorrer”.

No mesmo sentido, será considerada possível quando a probabilidade de não ocorrência do evento for maior do que sua probabilidade de ocorrência. E será considerada remota quando a probabilidade da ocorrência for considerada praticamente nula.

Entretanto, “o passivo contingente é um dos elementos patrimoniais de maior dificuldade para a Contabilidade, principalmente no que se refere à atribuição de valor.” (FARIAS, 2004, p 80).

Lemes e Carvalho (2010) e Iudícibus *et al.* (2010) reportam para a necessidade de uma reavaliação periódica dos passivos contingentes, pois a saída de recursos poderá tornar-se provável de maneira inesperada. Se isto ocorrer, uma provisão deverá ser reconhecida nas demonstrações contábeis no período em que ocorreu a mudança na estimativa da probabilidade, exceto nos casos em que não seja possível estabelecer uma estimativa confiável.

O estudo de Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013), relata que a divulgação de contingências em notas explicativas aumentará a transparência no mercado, pois caso ocorram mudanças nos julgamentos e a empresa venha a incorrer em perdas ou ganhos em processos, seus usuários já estarão cientes de tal fato.

Para Santos (2011) a evidenciação de passivos contingentes é necessária, tanto nas esferas públicas como nas privadas, pois a não evidenciação de passivos contingentes acarreta em riscos, podendo afetar negativamente a situação financeira das entidades.

Neste contexto, Rosa (2014) argumenta que uma classificação equivocada de uma contingência pode resultar em informações que distorcem a realidade da empresa, prejudicando

assim a credibilidade das demonstrações financeiras e conseqüentemente a tomada de decisão de seus usuários. Além disso, a empresa fica exposta ao risco de falência ao omitir informações sobre contingências.

O CPC-25/2009 impede, dessa forma, a utilização de provisões que manipulem o lucro no presente, a fim de reconhecer lucros maiores no futuro (SUER, 2014). Portanto, a divulgação correta de um passivo contingente contribui com a qualidade da informação contábil, permitindo assim maior confiabilidade aos usuários na tomada de decisões.

O estudo realizado por Pinto *et al.* (2014) identificou que os investidores não julgam importante a divulgação de provisões e passivos contingentes como informação auxiliar à tomada de decisão. Uma das possíveis explicações para este fato, segundo os autores, está relacionada ao baixo atendimento as exigências do CPC-25/2009.

Neste âmbito, Iudícibus (2004) ressalta que, para seus usuários, as informações do passado e do presente da empresa só são importantes se servirem como um parâmetro para situações financeiras futuras da entidade.

Perante este cenário de incertezas acerca dos passivos contingentes, destaca-se a importância da sua divulgação. O impacto no reconhecimento de um passivo contingente como provisão resultaria em um aumento no passivo e uma redução no resultado líquido da empresa, e esta seria uma informação interessante para os investidores.

2.2 Auditoria Externa e *Big Four*

Como ferramenta auxiliar à tomada de decisões, a auditoria tem como objetivo a fidedignidade das demonstrações contábeis (ATTIE, 2009). Para tanto, é função do auditor independente emitir seu parecer quanto às demonstrações contábeis, expressando se as mesmas estão elaboradas de acordo com a estrutura do relatório financeiro aplicável, e livres de qualquer distorção, cumprindo assim as exigências expressas nas normas brasileiras de contabilidade (RESOLUÇÃO CFC 1.203/09).

Conforme Sá (2010) entende-se por auditoria independente a atividade de auditoria realizada por um profissional que não possui relação empregatícia com a empresa auditada.

A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (aprovada pela Resolução 1374/11), em seu texto reporta para a necessidade de características qualitativas da informação contábil-financeira, destacando dentre elas as características

fundamentais de *relevância e representação fidedigna*. O referido documento discorre que essas características contribuem para a tomada de decisão com mais segurança, atendendo assim as mais distintas necessidades de seus usuários.

Neste sentido, Franco e Marra (2009) afirmam que cabe a auditoria verificar se as demonstrações estão atendendo adequadamente as normas e princípios contábeis, e assim certificar aos usuários de que as informações apresentadas condizem com a realidade da empresa.

Outro aspecto importante da auditoria abordado por Franco e Marra (2009) e Boyton, Johnson e Kell (2002), são seus reflexos no patrimônio da entidade. Os autores relatam que a auditoria funciona como uma proteção da riqueza patrimonial, contribuindo, por exemplo, para as esferas: (i) patrimonial, ao manter o controle dos bens, direitos e obrigações; (ii) fiscal, ao proteger o patrimônio de possíveis multas e penalidades por sonegação fiscal; (iii) econômica, ao fornecer a real situação financeira em que se encontra a empresa; e (iv) técnica, ao estabelecer maior qualidade das informações ao buscar cumprir os deveres éticos e contábeis definido pelos órgãos fiscalizadores.

Assim, pode-se depreender que a auditoria constitui papel relevante para os proprietários e administradores, bem como para seus usuários externos, como os investidores e órgãos fiscalizadores (BOYTON; JOHNSON; KELL, 2002).

Santos e Grateron (2003) discorrem sobre o que seria a responsabilidade dos auditores perante a sociedade. Os autores explicam que a manipulação de informações contábeis por parte das entidades é realidade no mundo contábil, fator que compromete a veracidade e confiabilidade das informações que são publicadas aos seus usuários. Eles afirmam que é papel do auditor emitir o parecer de auditoria e sugerem a inclusão de frases que indiquem a investigação de tais práticas.

Vale ressaltar que a auditoria não inibe um possível erro ou fraude, mas diminui significativamente as chances destes eventos acontecerem (FRANCO; MARRA, 2009).

O termo *big four* se refere as quatro maiores empresas de auditoria e consultoria do mundo, compreendendo as seguintes empresas: PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG e Ernst & Young.

Este seleto grupo de empresas, conhecidas mundialmente por serem as maiores de auditoria, representam um padrão de excelência no que tange ao serviço de auditoria independente (SOUZA, 2011).

O estudo de Braunbeck (2010) aponta para uma correlação positiva entre o porte da firma de auditora contratada, a qualidade da auditoria e a qualidade das informações contábeis. Além deste, diversos estudos anteriores constataram que empresas auditadas por *big four* tendem a apresentar maior nível de evidenciação (ALMEIDA; ALMEIDA, 2009; IATRIDS 2011; MAIA; FORMIGONI, 2011; SOUZA, 2011).

Na perspectiva que empresas auditadas por *big four* possuem um melhor padrão de qualidade na evidenciação, estudos tratando da análise e impactos dos passivos contingentes nessas empresas ajudam a demonstrar a relevância que elas conferem a essas possíveis obrigações existentes nas organizações. O próximo tópico contempla o tema passivos contingentes.

2.3 Pesquisas Anteriores

Neste tópico estão apresentados os estudos anteriores que trataram da evidenciação de passivos contingentes em empresas brasileiras. Farias (2004) buscou identificar o grau de atendimento aos itens requeridos pelo CPC-25/2009 das 50 maiores empresas brasileiras do setor químico e petroquímico entre 1999 a 2001. Os resultados indicaram que 36 empresas divulgaram passivos contingentes, porém o atendimento as exigências de evidenciação emanadas pelo CPC-25 ficaram abaixo do recomendado.

Oliveira (2007) avaliou o grau de atendimento a norma IAS 37 nas 500 maiores empresas portuguesas no ano de 2000. Os resultados mostraram que embora 21,8% das empresas divulgaram passivos contingentes nas notas explicativas, apenas 5,1% apresentaram esta informação no relatório de gestão. Os autores concluíram que as empresas portuguesas não cumpriram integralmente a norma IAS 37.

Silva *et al.* (2010) buscaram identificar possíveis influências existentes nas decisões acerca do reconhecimento de provisões e passivos contingentes. O estudo constatou que as decisões podem sofrer influências externas, e a influência pode variar de acordo com as características de cada indivíduo.

Oliveira, Beneti e Varela (2011) analisaram o *disclosure* obrigatório das provisões, ativos e passivos contingentes das 80 empresas listadas na BM&FBOVESPA entre o final de 2009 e o primeiro trimestre de 2010. Os resultados demonstraram que o nível de evidenciação dos ativos, passivos contingentes e casos especiais foi superior a 60%.

Fonteles *et al.* (2012) buscaram verificar o nível de evidenciação de provisões e de passivos contingentes das 308 companhias listadas na BM&FBOVESPA no ano de 2010. Dos resultados obtidos, eles verificaram que houve uma alta inadequação as disposições estabelecidas pelo CPC-25/2009. As empresas classificadas como nível de governança 1 e 2 apresentaram uma maior divulgação de provisões e passivos contingentes.

Suave *et al.* (2013) verificaram o nível de atendimento às disposições estabelecidas pelo CPC-25/2009 quanto à divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBOVESPA referentes ao exercício de 2011. Os resultados demonstraram que mais de 80% das empresas divulgaram a descrição da natureza, estimativa do efeito financeiro, critérios de mensuração e incertezas relacionadas a datas e valores. A menor evidenciação foi em relação à possibilidade de reembolso.

Pinto *et al.* (2014) buscaram identificar relações existentes entre o valor de mercado das companhias abertas brasileiras e o nível de divulgação das provisões e passivos contingentes. Os resultados indicaram que quanto maior o valor de mercado da empresa, menor é o nível de evidenciação. Apenas 54,2% das empresas analisadas estão em conformidade com as exigências estabelecidas pelo CPC-25/2009.

A pesquisa realizada por Rosa (2014) identificou os reflexos acerca da reclassificação das contingências possíveis e remotas para prováveis de 311 empresas listadas na BM&FBOVESPA no ano de 2012. Os resultados indicaram que em um cenário otimista, com reconhecimento de até 20% do total de contingências, 53 empresas teriam mais de 100% do resultado líquido afetado, enquanto 23 passariam a ter prejuízo em dobro e outras 30 empresas passariam a ter prejuízo.

O estudo de âmbito internacional realizado por Viviani e Fernandes (2014), buscou identificar a qualidade de passivos contingentes em relação ao risco legal. Dentre as empresas analisadas, o Brasil foi o país que melhor atendeu as normas internacionais, apresentando 90% de evidenciação, enquanto que o Reino Unido evidenciou 67% e os EUA 47%.

Como se pode observar, as pesquisas anteriores possuem como foco principal a investigação ao cumprimento das normas estabelecidas pelo CPC-25/2009, avaliando assim a qualidade das informações divulgadas. É importante ressaltar que apenas uma pesquisa, dentre as citadas, buscou avaliar os impactos no reconhecimento das contingências possíveis e remotas. Entretanto nenhum trabalho anteriormente mencionado estabeleceu um comparativo do nível de divulgação dos passivos contingentes entre as *big four*, e avaliou os impactos no reconhecimento

das contingências possíveis e não remotas, sendo este um aspecto diferencial na presente pesquisa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação da Pesquisa

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa. De acordo com Richardson (2008). A pesquisa qualitativa, não se utiliza de ferramental estatístico para análise dos dados.

O estudo classifica-se como descritivo, visto que foram observadas características de um grupo de empresas e descritas no trabalho (GIL, 2010). Em relação aos procedimentos técnicos empregados, Martins e Theóphilo (2009) definem como uma pesquisa documental, pois os dados utilizados na pesquisa são provenientes de Notas Explicativas integrantes das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e Balanço Patrimonial (BP), todos disponíveis para consulta no *website* da BM&FBOVESPA.

3.2 Amostra e Procedimentos de Pesquisa

O estudo limitou-se a 50 empresas de capital aberto brasileiras que apresentaram contingências passivas em suas notas explicativas e são auditadas por uma *big four*. Estas empresas foram selecionadas aleatoriamente, desde que respeitadas às condições anteriormente especificadas.

A escolha de empresas auditadas por *big four* foi baseada em estudos anteriores que comprovaram uma maior qualidade na divulgação de informações contábeis e um maior atendimento as exigências técnicas por essas firmas de auditoria (ALMEIDA; ALMEIDA, 2009; BRAUNBECK, 2010; IATRIDS, 2011; MAIA; FORMIGONI, 2011; SOUZA, 2011).

Além disso, o estudo levantado por Velozo (2013) identificou que dentre as 100 maiores empresas brasileiras em vendas líquidas em 2012, as *big four* auditam 94% deste total.

Dessa maneira, nessa pesquisa, foram analisados os impactos na situação econômica das empresas, auditadas por *big four*, por meio da simulação do reconhecimento dos passivos contingentes como provisão, verificando-se os reflexos na Demonstração do Resultado do Exercício e no Balanço Patrimonial.

Em adição, buscou-se avaliar também em quais aspectos a divulgação dessas empresas atendeu as exigências do CPC 25/2009. Foram identificados os passivos contingentes divulgados, bem como seus valores e riscos para a situação econômica da empresa.

As contingências passivas das empresas em estudo foram avaliadas em diversos aspectos exigidos pelo CPC-25/2009. Para análise da evidenciação dos passivos contingentes foi elaborado o seguinte *check list* com base nas recomendações do CPC-25/2009, apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Critérios analisados na evidenciação dos passivos contingentes

Breve descrição da natureza do passivo contingente
Estimativa do efeito financeiro
Indicação de incertezas sobre data e valores de qualquer desembolso esperado
Possibilidade de reembolso

Fonte: Adaptado do CPC-25/2009

Com base no *check list* apresentado no Quadro 2, visando medir o nível de evidenciação, a técnica utilizada foi análise de conteúdo considerando os seguintes critérios: nos casos em que a empresa evidenciou o item foi atribuído valor 1 (um); caso o item não tenha sido divulgado foi atribuído valor 0 (zero).

Especificamente no item breve descrição da natureza, foi atribuído valor 1 apenas às empresas que apresentaram o valor e descreveram a natureza de cada passivo contingente. Por exemplo, uma empresa que tenha divulgado o valor destinado a cada passivo contingente (trabalhista, fiscal, cível), mas que não tenha explicado a natureza de cada um deles de maneira a possibilitar o entendimento do usuário externo da contabilidade, atribuiu-se valor 0.

Na análise da pesquisa foram utilizadas apenas as informações consolidadas divulgadas pelas empresas. A Tabela 1 apresenta a quantidade de empresas componentes da amostra classificadas de acordo com sua respectiva *big four* auditora.

Tabela 1 – Participação das *big four* prestadoras de serviços de auditoria independente nas empresas da amostra

	Deloitte	Young	KPMG	PwC	Total
Quantidade	13	12	9	16	50
Participação	26%	24%	18%	32%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Desta maneira foram analisadas uma amostra total de 50 empresas auditadas por *big four*. Conforme demonstrado na Tabela 1, foram analisadas 13 empresas auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, 12 auditadas pela Ernst & Young, 9 pela KPMG e 16 auditadas pela PricewaterhouseCoopers.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na descrição e análise dos resultados obtidos, estão demonstradas a natureza das contingências passivas divulgadas pelas empresas da amostra, os impactos econômicos considerando o possível reconhecimento dos passivos contingentes como provisão, e o nível de atendimento das empresas em relação às exigências estabelecidas pelo CPC-25/2009.

Em atendimento ao primeiro objetivo específico desta pesquisa, foram identificados os passivos contingentes divulgados nas notas explicativas das empresas componentes da amostra. Os resultados obtidos estão demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2 - Natureza dos passivos contingentes identificados nas empresas da amostra

Natureza	Nº empresas que divulgaram	Representatividade
Cível	48	96%
Fiscal	46	92%
Trabalhista	45	90%
Ambiental	1	2%
Outras	7	14%

Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se que as 50 empresas analisadas apresentaram uma alta divulgação das contingências passivas de natureza cível (96%), fiscal (92%) e trabalhista (90%), estabelecendo uma média de 93% de evidenciação das empresas da amostra. Destaca-se ainda que apenas uma empresa divulgou contingências passivas de natureza ambiental, característica apontada também pelos estudos de Farias (2004), Suave *et al.* (2013) e Rosa (2014).

Além disso, foi realizada uma análise estatística do montante divulgado para cada natureza dos passivos contingentes. Os resultados estão dispostos na Tabela 3.

Tabela 3 - Estatística descritiva da natureza dos passivos contingentes (valores em Reais Mil, exceto contagem)

	Cível	Fiscal	Trabalhista	Ambiental	Outros
Média	307.782	1.468.916	103.838	2.981	300.604
Erro padrão	117.447	586.119	29.356	0	229.293
Mediana	34.880	111.380	25.994	2.981	91.934
Desvio padrão	813.700	3.975.251	196.923	-	606.651
Mínimo	462	410	0	2.981	4.097
Máximo	4.056.447	18.900.867	901.466	2.981	1.668.220
Soma	14.773.542	67.570.134	4.672.720	2.981	2.104.225
Contagem	48	46	45	1	7

Fonte: Dados da pesquisa

A relação estatística demonstrada na Tabela 3 indica que as contingências passivas de natureza fiscal compreendem o menor valor divulgado (R\$410 mil), e também o maior valor de divulgação (R\$18,9 bilhões).

A média de valores divulgados como contingências fiscais (R\$1,4 bilhões) na amostra de pesquisa também se apresenta a mais elevada, indicando que esses tipos de contingências é que contemplam os maiores valores. Vale destacar que a menor média foi referente as contingências ambientais (R\$2,9 milhões), mesmo porque apenas uma empresa evidenciou essa natureza de contingência.

Além disso, o valor total das contingências passivas ultrapassou R\$89,1 bilhões. Em uma ordem decrescente, a soma das contingências fiscais, cíveis, trabalhistas, outras e ambientais foram respectivamente: R\$67 bilhões, R\$14,7 bilhões, R\$4,6 bilhões, R\$2,1 bilhões e R\$2,9 milhões.

Atendendo ao segundo objetivo específico da presente pesquisa, foi comparada a atual situação econômica das empresas com a possível situação econômica após a simulação do reconhecimento dos passivos contingentes.

Para cada empresa componente da amostra, foi calculada uma relação para identificar o percentual que o total dos passivos contingentes representava em relação ao seu patrimônio líquido.

Este fato chama atenção para a cautela que estas empresas devem tomar em relação a possíveis consequências casos estes passivos contingentes se tornem provisões, pois uma classificação equivocada pode acarretar na falta de credibilidade das demonstrações financeiras de tais entidades, e até mesmo sua falência (KNOBLAUCH, 2010).

As Tabelas 4 e 5 estabelecem um comparativo entre a situação atual da empresa (anterior ao reconhecimento dos passivos contingentes), e sua situação posterior (simulando o possível reconhecimento na contabilidade).

Tabela 4 – Comparativo dos impactos na situação econômica após o reconhecimento dos passivos contingentes

Em relação as 50 empresas analisadas:	Situação Atual	Situação Posterior
Nº empresas que apresentaram prejuízo	10	30
Nº empresas que apresentaram passivo a descoberto	0	3

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação aos possíveis impactos no lucro líquido das empresas, a Tabela 4 demonstra que na situação atual, 10 empresas já apresentavam prejuízo e após a simulação do reconhecimento dos passivos contingentes (situação posterior este número aumentou para 30).

No que tange a situação de passivo a descoberto, constatou-se que na situação atual nenhuma empresa apresentava passivo a descoberto, porém após a simulação do reconhecimento dos passivos contingentes essa quantidade aumentou para 3. A Tabela 5 demonstra essa situação em percentuais.

Tabela 5 - Comparativo dos impactos na situação econômica após reconhecimento dos passivos contingentes

Em relação as 50 empresas analisadas:	Situação Atual	Situação Posterior
% empresas que apresentaram prejuízo	20%	60%
% empresas que apresentaram passivo a descoberto	0%	6%

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos possíveis impactos no lucro líquido das empresas, observou-se que 60% das empresas da amostra teriam seus lucros reduzidos em mais de 100%.

No que tange aos possíveis impactos causados no patrimônio líquido, observou-se que dentre as 50 empresas analisadas, a situação atual demonstrava que nenhuma empresa apresentava passivo a descoberto, entretanto, após a simulação do reconhecimento dos passivos contingentes como provisões, 6% destas empresas passariam a ter passivo a descoberto, ou seja, o valor do passivo seria superior ao valor do ativo, e, conseqüentemente, o patrimônio líquido seria negativo. No entanto, cabe salientar que o valor esperado dos passivos contingentes divulgado pelas empresas é apenas uma estimativa, o qual pode ou não vir a se realizar.

Em atendimento ao terceiro objetivo desta pesquisa, também foram analisados em quais aspectos a divulgação dos passivos contingentes das empresas está atendendo as exigências do pronunciamento contábil CPC-25/2009. Os resultados obtidos estão dispostos na Tabela 6.

Tabela 6 – Grau de atendimento às exigências do CPC 25/2009

Itens do CPC 25/2009	Nº empresas que divulgaram	Representatividade
Descrição da Natureza	37	74%
Estimativa do Efeito Financeiro	50	100%
Incertezas de Datas e Valores	18	36%
Possibilidade de Reembolso	2	4%

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 6 é possível perceber que as empresas da amostra divulgaram em sua totalidade a estimativa do efeito financeiro dos passivos contingentes. Dentre as 50 empresas analisadas, a

segunda maior divulgação foi referente ao item breve descrição da natureza do passivo contingente com 74%, seguido da divulgação de incertezas sobre datas e valores com 36% de divulgação na amostra de pesquisa.

Já a possibilidade de qualquer reembolso foi o item menos divulgado, representando apenas 4% do total, e corroborou estudos anteriores como os de Oliveira, Beneti e Varela (2011) e Suave *et al.* (2013).

Para uma análise mais detalhada, este trabalho expõe ainda uma comparação entre o nível de evidenciação dos passivos contingentes entre as empresas por *big four* responsável por sua auditoria. A Tabela 7 demonstra o nível de divulgação do item “natureza dos passivos contingentes” por *big four*.

Tabela 7 – Nível de divulgação da descrição da natureza dos passivos contingentes

	Deloitte	Young	KPMG	PwC	Total
Descrição da Natureza	9	8	8	12	37
Representatividade	24,33%	21,62%	21,62%	32,43%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

O primeiro item de divulgação das contingências passivas exigido pelo CPC-25/2009 é a breve descrição da natureza. De acordo com os dados da pesquisa, pôde-se observar que 74% das empresas analisadas cumpriram esta exigência (conforme Tabela 6).

Nesta análise, notou-se que algumas empresas explicaram detalhadamente as ocorrências de cada passivo contingente, enquanto outras divulgaram simplesmente sua natureza, não apresentando maiores explicações. As empresas auditadas pela PricewaterhouseCoopers foram as que mais divulgaram essa informação, representando pouco mais de 32% do total.

Na Tabela 8 constam as informações relativas ao nível de divulgação da estimativa do efeito financeiro dos passivos contingentes.

Tabela 8 – Nível de divulgação da estimativa do efeito financeiro dos passivos contingentes

	Deloitte	Young	KPMG	PwC	Total
Estimativa do Efeito Financeiro	13	12	9	16	50
Representatividade	26%	24%	18%	32%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação à estimativa do efeito financeiro, a Tabela 8 demonstra que todas as empresas divulgaram essa informação. Entretanto, observou-se que não há um padrão na divulgação, pois enquanto algumas empresas apresentavam esta informação com auxílio de tabelas e quadros,

outras divulgavam em forma de texto. As empresas auditadas pela PricewaterhouseCoopers foram as que mais divulgaram esta informação, cumprindo 32% da evidenciação total.

Na Tabela 9 estão apresentadas as informações relativas ao nível de divulgação acerca de incertezas sobre datas e valores dos passivos contingentes.

Tabela 9 – Nível de divulgação de incertezas de datas e valores dos passivos contingentes

	Deloitte	Young	KPMG	PwC	Total
Incertezas sobre datas e valores	6	3	6	3	18
Representatividade	33,33%	16,67%	33,33%	16,67%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Em comparação ao estudo de Rosa (2014), observou-se que menos da metade das empresas divulgaram suas expectativas em relação a incertezas sobre datas e valores dos passivos contingentes. Analisando as Notas Explicativas de cada empresa, foi constatado que a maioria divulgou este item relatando apenas suas incertezas acerca das provisões já divulgadas nas demonstrações contábeis.

Segundo Pinto *et al.* (2014), é possível que as empresas tenham uma certa tendência de evitar a divulgação de informações relacionadas a incertezas sobre datas e valores da saída de recursos, pois acreditam que esta informação poderá reduzir seu valor de mercado.

Neste aspecto, as empresas auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu e pela KPMG foram as que melhor divulgaram as incertezas sobre datas e valores.

Na Tabela 10 constam as informações relativas ao nível de divulgação sobre a possibilidade de qualquer reembolso esperado dos passivos contingentes.

Tabela 10 – Nível de divulgação sobre possibilidade de qualquer reembolso dos passivos contingentes

	Deloitte	Young	KPMG	PwC	Total
Possibilidade de reembolso	1	0	0	1	2
Representatividade	50%	0%	0%	50%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se uma baixa divulgação do item relativo à possibilidade de qualquer reembolso esperado, pois apenas 2 empresas divulgaram tal possibilidade, corroborando com estudos anteriores como os de Oliveira, Beneti e Varela (2011) e Suave *et al.* (2013). As empresas auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu e pela PwC foram as únicas que divulgaram a possibilidade de reembolso.

Na Tabela 11 estão demonstradas, por empresa de auditoria, as informações relativas ao nível de atendimento das empresas componentes da amostra no que compete ao atendimento das disposições estabelecidas pelo CPC-25/2009, pertinente a divulgação de passivos contingentes.

Tabela 11 – Nível de atendimento das *big four* em relação às exigências do CPC-25/2009

Itens do CPC 25/2009	Nº de empresas que divulgaram			
	Deloitte	Young	KPMG	PwC
Descrição da Natureza	9	8	8	12
Estimativa do Efeito Financeiro	13	12	9	16
Incertezas de Datas e Valores	6	3	6	3
Possibilidade de Reembolso	1	0	0	1
Total	29	23	23	32

Fonte: Dados da pesquisa

Estabelecendo um comparativo do nível de divulgação dos passivos contingentes entre as *big four*, pode-se verificar que as empresas auditadas pela PricewaterhouseCoopers foram as que melhor atenderam as exigências de divulgação do CPC 25/2009, apresentando um total de 32 pontos. A empresa de auditoria Deloitte Touche Tohmatsu ficou em segundo lugar com 29 pontos obtidos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evidenciação dos passivos contingentes demonstra-se relevante em virtude dos riscos e incertezas que revelam, pois podem afetar a situação econômica e financeira de uma empresa. É importante que a informação divulgada seja de qualidade, a fim de atender as necessidades de seus diversos usuários externos. Os investidores, por exemplo, precisam ter conhecimento dos riscos que correm.

O presente artigo atingiu seu objetivo, que foi apresentar o impacto do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica das empresas brasileiras auditadas pelas *big four*.

Em relação aos resultados obtidos na pesquisa, os passivos contingentes identificados compreendem os de natureza fiscal, trabalhista, cível e ambiental. As contingências passivas mais divulgadas foram os passivos contingentes de natureza cível (96%), fiscal (92%) e trabalhista (90%). Além disso, observou-se também que apenas uma empresa da amostra divulgou contingências passivas de natureza ambiental.

No que tange a situação econômica das empresas considerando o possível reconhecimento dos passivos contingentes identificou-se que 60% das empresas diminuiriam seu lucro em mais de 100%, e 6% apresentariam a situação de passivo a descoberto.

Em se tratando ao nível de atendimento aos itens requeridos pelo CPC-25/2009, referente à divulgação dos passivos contingente, observou-se que a estimativa do efeito financeiro foi o item mais divulgado (100%), seguido da breve descrição da natureza dos passivos contingentes (75%). A possibilidade de qualquer reembolso foi o item menos divulgado pelas empresas da amostra (4%), corroborando com os resultados de Oliveira, Beneti e Varela (2011) e Suave *et al.* (2013).

No geral, a baixa divulgação das incertezas e possibilidades de reembolsos nas empresas da amostra, podem indicar a existência de dificuldades por parte das empresas na interpretação do CPC-25/2009. Este fato chama atenção para a necessidade de maiores esclarecimentos acerca do tema por parte de órgãos normatizadores.

Outro ponto importante a refletir é que os passivos contingentes são incertezas que podem vir a se tornar prováveis, desta forma sua divulgação é de extrema relevância para os usuários externos, considerando que os passivos contingentes são estimativas, e estas são passíveis de erros, as mesmas podem estar superavaliadas ou subavaliadas.

Constatou-se também que, dentre as *big four*, as firmas de auditoria PricewaterhouseCoopers e Deloitte Touche Tohmatsu foram as que apresentaram maior nível de adequação as exigências de evidenciação estabelecidas pelo CPC-25/2009 por parte de suas auditadas componentes da amostra.

É importante destacar como limitação, que os resultados dessa pesquisa se referem apenas a amostra e período analisado, de maneira que não podem ser extrapolados para outras empresas e outros períodos. Além disso, cabe também destacar como limitação que a análise da evidenciação foi realizada com base unicamente no CPC 25/2009 não abrangendo outras bases normativas.

Como sugestão para trabalhos futuros, fica a proposta de uma análise quantitativa de todas as empresas listadas na BM&BOVESPA auditadas por *big four*, visando identificar características determinantes da qualidade da divulgação das contingências passivas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Elias Feres de; ALMEIDA, Juan Carlos Goes de. Auditoria e *earnings management*: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas *big four* e demais firmas de auditoria. **Revista Contabilidade e Finanças**, USP, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 63-74, 2009.

ATTIE, William. **Auditoria Interna**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOYTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

BRAUNBECK, Guillermo Oscar. **Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil**. 2010. 129 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CAETANO, T, P; SILVA, T. B; BIESDORF, S; LEAL E. A. Evidenciação do passivo contingencial nas demonstrações contábeis: um estudo nas empresas de papel e celulose. CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2010. São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 25. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**, de 26 de junho de 2009. Disponível em: www.cpc.org.br Acesso em: 21 abr. 2015.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Deliberação 594 de 15.09.2009. Disponível em: <www.cvm.gov.br>. Acesso em: 28/06/2016.

DANTAS, José Alves *et al.* A dualidade entre os benefícios do *disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia e Gestão**. v.5, n. 11, dez. 2005.

FARIAS, Manoel Raimundo Santana. **Divulgação do passivo**: um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico brasileiro. 2004. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FONTELES, Islane Vidal, *et al.* Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBOVESPA. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 12, 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2012.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IATRIDIS, George Emmanuel. *Accounting disclosures, accounting quality and conditional and unconditional conservatism*. *International Review of Financial Analysis*, v. 20, p. 88–102, abr./2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES, Sirlei; CARVALHO, Nelson L. **Contabilidade internacional para graduação**. São Paulo: Atlas, 2010.

MAIA, Henrique Araújo; FORMIGONI, Henrique. Empresas de auditoria e o *compliance* com o nível de evidenciação obrigatório durante o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 5,2011, Vitória. **Anais...** Vitória, ANCONT, 2011.

MALACRIDA, Mara Jane Contrera; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Governança Corporativa: Nível de Evidenciação das Informações e sua Relação com a Volatilidade das Ações do Ibovespa. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 17, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia na investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, A.F.; BENETTI, J.E.; VARELA, P.S. *Disclosure* das provisões e dos passivos e ativos contingentes: um estudo em empresas listadas na BM&FBOVESPA. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 5,2011, Vitória. **Anais...** Vitória, ANCONT, 2011.

OLIVEIRA, Jonas da Silva. Relato financeiro sobre provisões, passivos contingentes e activos contingentes: o caso português. **Revista Contabilidade e Gestão**, n. 4, 2007.

PINTO, A. F.; AVELAR, B.; FONSECA, K. B. C.; SILVA, M. B. A.; COSTA, P. S. *Value Relevance* da Evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes. **Revista Pensar Contábil**, v. 16, n. 61, set./dez. 2014.

RIBEIRO, A.C.; RIBEIRO, M.S.; WEFFORT, E.F.J. Provisões, contingências e o pronunciamento CPC 25: as percepções dos protagonistas envolvidos. *Revista Universo Contábil*, v. 9, n. 3, jul./set. 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROSA, Carolina Aguiar da. **Panorama e reconfiguração das contingências passivas no Brasil.** 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de Auditoria.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Ariovaldo dos; GRATERON, Ivan Ricardo Guevara. Contabilidade Criativa e Responsabilidade Dos Auditores. **Revista Contabilidade e Finanças**, n. 32, 2003.

SANTOS, Paulo Sérgio Almeida dos. **Fatores Institucionais, Socioeconômicos e Financeiros Relacionados com o Nível de Evidenciação de Passivos Contingentes dos Municípios Brasileiros.** 2011. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

SILVA, C.A.T.; GONÇALVES, R.S.; TAVARES, A.L.; LIMA, D.V. Influência do incentivo ao conservadorismo nas escolhas contábeis relacionadas ao reconhecimento de provisão de contingências passivas. **Revista Universo Contábil**, v.6, n.4, out./dez. 2010.

SOUZA, Maíra Melo de. **Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras.** Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

SUAVE, R.; CODESSO, M. M.; PINTO, H. M.; VICENTE, E. F. R.; LUNKES, R. J. Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBOVESPA. **Revista da UNIFEBA.** v.1, n. 11, jan./jul., 2013.

SUER, A. Z. The Recognition of Provisions: evidence from BIST100 Non-financial Companies. **Procedia Economics and Finance**, v. 9, p. 391-401, 2014.
Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article>> Acesso em 15 mar. 2015.

VELOZO, Erica Jann *et al.* Concentração de firmas de auditoria: atuação das *big four* no cenário empresarial brasileiro. **Revista Pensar Contábil.** v. 15, n. 58, set/dez., 2013.

VIVIANI, Sueli; FERNANDES, Francisco Carlos. Qualidade da Evidenciação de Passivos Contingentes Relacionados ao Risco Legal: um estudo em empresas petrolíferas brasileiras, estadunidenses e britânicas. In: 38º. Encontro da ANPAD. 2014. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: RJ, 2014.